

ATA - TRE-AP/PRES/DG/GAB-DG**COMITÊ DE APOIO DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA****Ata de Reunião****1. DADOS DA REUNIÃO**

Data: 26/05/2021	Início: 14h07min	Término: 15h20min	Local: Virtual
Pauta	Proposta orçamentária 2022		

2. PARTICIPANTES

Nome	Cargo	Função
Francisco Valentim Maia	Diretor Geral	Presidente
Emanoel dos Santos Flexa	Secretário da STI	Membro
Maria Eliane de Souza Oliveira	Secretária da SGP	Membro
Dilma Célia de Oliveira Pimenta	Secretária da SAO	Membro
Mylene Lages Mendes de Azevedo	Secretária da SEJUD	Membro
Rinaldo Soares de Farias	Coordenador da CEJE	Membro
Alessandra Gusmão Trajano de Araújo	Coordenadora da CRDCOR	Membro
Cláudio Henrique Guerra Xavier da Silva	Assessor da ASPLAN	Membro

3. ASSUNTOS TRATADOS E DELIBERAÇÕES

O **Diretor-Geral Francisco Valentim**, deu boas-vindas a todos, passou a palavra para a Secretária de Orçamento **Dilma Pimenta**, que informou ao Comitê que enviou os processos SEI nºs 0000271-43.2021.6.03.8000 e 0000297-41.2021.6.03.8000, que tratam da Proposta Orçamentária Ordinária e de Pleitos 2022, respectivamente, para apreciação das Unidades dos procedimentos adotados na finalização dos lançamentos no SIGEPRO, e validação/Homologação pelo Comitê de Aquisição e Contratação. Explicou que para as despesas discricionárias o referencial monetário, definido pelo TSE, foi de R\$ 12.061.039,00 (doze milhões sessenta e um mil e trinta e nove reais), e para as despesas em Pleitos Eleitorais foi R\$ 5.957.764,00 (cinco milhões novecentos e cinquenta e sete mil e setecentos e sessenta e quatro reais). Explicou que hoje foi realizada uma avaliação qualitativa do que foi feito, e como não tinha

nada para mudar fechamos a proposta. O Diretor-Geral, usou a palavra para enfatizar da importância desta validação pelo Comitê da proposta orçamentária ordinária e Pleito, onde tem a compilação das demandas de todas as unidades. Todos aprovaram por unanimidade a validação/homologação das Propostas Orçamentárias Ordinárias e de Pleitos 2022.

O Secretário da STI **Emanuel Flexa**, fez uma observação sobre o orçamento da STI, relatou que o teto do limite orçamentário foi baseado na adequação da eleição passada, que o contrato de técnicos de urnas foi realizado bem perto da eleição, ficando com um corte do limite do orçamento da STI. Então ficou preocupado com a questão dos pontos de transmissão de difícil acesso, teve que tirar oito pontos e obteve uma redução de 17% do contrato de técnicos de urnas. Diante disso a preocupação é que se não conseguir converter esses pontos de transmissão em outra tecnologia de transmissão, deverá ser feito um ajuste/relocação de orçamento. **O Diretor-Geral**, usou a palavra para dizer que por ser Pleito Eleitorais todos do Comitê deveriam acessar a Portaria TSE nº 170/2021, para conhecimento das contratações privativas do TSE, as mistas, e pelos Tribunais Regionais Eleitorais. Relatou que referente ao ponto de transmissão houve uma proposta do Felipe do TRE- Pará onde os Tribunais Regionais Eleitorais pudessem fazer a contratação descentralizada. **Dilma Pimenta**, informou que houve também uma proposta desta mesma natureza pelo TRE/AP, só que o TSE não aceitou. Houve discussões sobre o tema entre os membros. A sugestão da STI quanto ao tema em discussão é que faça licitação antes, por conta da dependência tecnológica que não é do Brasil e sim da China, para não correr o risco de o resultado sair 2 a 3 três dias depois do pleito. O Secretário de Tecnologia **Emanuel Flexa**, frisou que os gestores devem ter atenção aos itens que não estão previstos no plano de orçamento.

A Secretária **Dilma Pimenta**, finalizou a discussão do tema informando que não tinha como liberar 100% do orçamento que a STI precisava, então o acerto foi de readequar na execução, pois o TSE não vai aumentar o limite, corre o risco de diminuir por conta de contingenciamento, disse ela: “não sabemos o que vai acontecer ano que vem”. **O Diretor-Geral**, propôs aos membros do Comitê, que durante a sua ausência, nas reuniões de Diretores - Gerais que cada um pudesse representa-lo de forma alternada. **A Secretária de Administração e Orçamento**, ressalta aos membros do Comitê, que dentre as atribuições do Comitê, deveremos “Deliberar, excepcionalmente, sobre contratações não previstas no planejamento anual” do TRE/AP, e como existem despesas não previstas para este exercício 2021, apresento-as para deliberação e homologação pelo comitê. Despesas que deverão ser homologadas. 1 - Auxílio moradia do Diretor-Geral. Explicou que esta despesa por não ter sido prevista para este exercício não poderá ser paga, o que acontecerá no exercício de 2022, sendo que o valor referente a 2021 será pago como despesa de exercício anterior (DEA), prevista e autorizada pelo TSE. Foi realizado um remanejamento orçamentário de passagens aéreas. 2 – Dentre o orçamento da STI, foi realizado um remanejamento na primeira fase de crédito, tendo como fonte o valor de R\$ 165.163,00 (Cento e sessenta e cinco mil cento e sessenta e três reais) em custeio para investimento, visando à aquisição de um soft de gestão de vulnerabilidade para a segurança das informações. 3 - Contratação da perícia médica. A SGP, solicitou a contratação para este ano, em decorrência da aposentadoria do Médico João Ricardo e que foi feito um remanejamento orçamentário da despesa de passagens aéreas, e que ano que vem já tem esta previsão dentro da proposta da SGP. 4 -Manutenção dos equipamentos de SOM, explicou que no contrato vigente não há previsão de manutenção, e os equipamentos apresentaram problemas, como oxidação das caixas de som, microfones queimados/desconfigurados, mesa de som desconfiguradas, por falta de manutenção. Foi feita uma contratação e saiu do orçamento da SAO no valor de R\$ 16.000,00 (Dezesseis mil reais). 5 - Interprete de Libras, que precisa ser realizado até o fim de julho, para fins de pontuação, junto ao CNJ, e também pelas necessidades das sessões e eventos virtuais. Dependendo do valor pode ser feita por dispensa de licitação. **O Diretor-Geral**, manifestou-se explicando que a SEJUD, vai disparar o termo de referência quanto a contratação do interprete de libras. 6- Projeto de reaproveitamento da água da chuva, que abrange a sustentabilidade. Esse projeto vai ter como projeto piloto três Zonas Eleitorais: Pedra Branca, Mazagão e Tartarugalzinho que tem problemas de abastecimento de água. 7 - Projeto o ABC da Cidadania que não tem quantificação orçamentária mais é um projeto que faz parte do plano de ação. 8 - Manutenção da garagem do Prédio Anexo e Casa da Cidadania. 8- A manutenção do Prédio Anexo de tijolinho que está desfazendo, esfalfando os tijolos ao toque. Enfatizou que a manutenção Predial deve ser realizada este ano por orientação do TSE, em decorrência da criação de Ação Específica para obra/reforma, o que impossibilitará remanejamento orçamentário. 9 – A criação do Espaço Cultural e Memorial da Justiça Eleitoral, valor estimado previsto de R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais). A Secretária **Dilma Pimenta**, **informou** a existência do valor de R\$ 152.000,00, inicialmente direcionado à Contratação de Consultoria para elaboração do Planejamento Estratégico deste Tribunal, e, pelo tempo exíguo, não será utilizado para esse fim, e poderá ser redirecionado para outras despesas. Informou, ainda, que será encaminhado os

processos das despesas com diárias, passagens para nova reavaliação e liberação do Orçamento para outras despesas, bem como reavaliação nos Contratos vigentes. **O Diretor – Geral** enfatizou que havendo sobra orçamentária, que fosse redirecionada para as despesas/ações não previstas no planejamento de Contratação e Aquisição para este exercício.

Foi dada a palavra para o **Coordenador da Escola Judiciária Rinaldo Soares**, onde relatou sobre uma das ações prevista no plano de gestão do TRE AP - Seminário Internacional - frisou que neste primeiro momento precisa da participação dos gestores. Sugeriu nos autos do Processo SEI algumas contratações indicando as unidades responsáveis para fazer. Fez a proposta ao comitê que reserve uma data próxima para decidir como vai ser realizado essas atribuições. E isso vai demandar contratações que não estão previstas. Exemplos: contratações de cerimonial, interpretes, produção de vídeos institucional, decoração, transmissão do evento, filmagem e outros. Esse evento é bastante complexo que exige a participação de pessoas e autoridades de outras nacionalidades. A preocupação de organização, tratamento envio de ofício e demais formalidades referentes as contratações que demandam tempo até concluir o termo de referência, licitar ou termo de dispensa. O Secretário de Tecnologia **Emanoel Flexa**, pediu a palavra e falou ainda da contratação do “0800” que vai gerar um custo para o TRE, pois as ligações vão ser pagas pelo próprio TRE. E que a ação referente a Central de serviços ao Eleitor, tem inserido em um dos seus itens o “0800”. Explicou que executar esse serviço tem que haver uma organização quanto a estrutura. Exemplos: Telefonistas, onde vão gerar outras despesas como contratação, treinamento. Tem também uma contratação de uma ferramenta de inteligência artificial, tivemos algumas conversas com o fornecedor, mas fica muito caro, vamos tentar uma solução por conta própria aqui dentro da STI e o Rio Grande do Norte. Sobre a questão das libras a gente tem que ter uma forma harmônica, tem uma demanda no plano de gestão que é para ter uma ferramenta para fins de transcrição de vídeo, ou seja, tudo que é falado no vídeo seria convertido em texto, além do CNJ que tem no seu projeto por conta da acessibilidade que também tenham textos durante os vídeos durante as sessões plenárias e as descrições do que vem acontecendo. Exemplos: o Presidente levantou da mesa, alguém entrou na sala. **A Secretaria Judiciária Mylene Lages** perguntou se o CNJ está querendo desta forma. **O Secretário da STI** respondeu que sim. E falou também que se deve pensar não só em libras, mas também nesta nova demanda exigida pelo CNJ. **Dilma Pimenta**, disse que mandou uma proposta para o Diretor-Geral avaliar, já visando a contratação por uma dispensa. E que dentro desta cotação da proposta de preço tem todos estes serviços relatados agora pelo Emanoel. Pediu para que o Emanoel pudesse verificar para que a contratação possa sair do jeito que está previsto pelo CNJ, falou que vai enviar para a Secretária da Judiciária Mylene e STI Emanoel, terem condições de verificar os serviços e os termos de referências, os estudos para contratação. Dilma falou que precisa verificar a viabilidade de realmente fazer a contratação do “0800” já que atualmente temos tantas ferramentas. O Diretor-Geral solicitou ao Emanoel que fizesse uma sugestão sobre o assunto relatando o que é viável é que enviasse para ele analisar e dar uma solução.

O Diretor-Geral, perguntou se havia mais algum ponto para debate, após todas as ponderações feitas pela SAO pediu para que o comitê deliberasse sobre o exposto. Não havendo divergências, houve a homologação das propostas Orçamentárias Ordinária e de Pleitos 2022, a aprovação/validação das despesas não previstas, as quais deverão ser incluídas no Plano de Contratação e Aquisição 2021, e o redirecionamento das sobras orçamentárias, pelos Membros do Comitê.

Por fim, o Diretor-Geral agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião. Para constar, eu, Simone Rogéria Sales Silva, lavrei esta Ata que e assinada por todos.



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO VALENTIM MAIA, Diretor(a)-geral**, em 07/06/2021, às 11:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **DILMA CELIA DE OLIVEIRA PIMENTA, Secretário(a)**, em 07/06/2021, às 13:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **CLAUDIO HENRIQUE GUERRA XAVIER DA SILVA, Assessor(a)**, em 09/06/2021, às 09:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **MYLENE LAGES MENDES AZEVEDO, Secretário(a)**, em



09/06/2021, às 13:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARIA ELIANE DE SOUZA OLIVEIRA, Secretário(a)**, em 09/06/2021, às 14:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **RINALDO SOARES DE FARIAS, Coordenador(a)**, em 09/06/2021, às 14:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALESSANDRA GUSMÃO TRAJANO DE ARAÚJO, Coordenador(a)**, em 09/06/2021, às 14:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **EMANOEL DOS SANTOS FLEXA, Secretário(a)**, em 11/06/2021, às 14:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-ap.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0526418** e o código CRC **829BC02E**.